

"Catástrofes, imaginário e cidadania: a produção do outro e a singularidade das experiências", in Bertulino José Souza e Helder Calvacante Câmara (Orgs.), *Imaginário. Novos desafios, novas epistemologias*. Coimbra: CIEDA, 393-415, 2012.

José Manuel de Oliveira Mendes  
Centro de Estudos Sociais  
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

## **Catástrofes, Imaginário e Cidadania: A Produção do Outro e a Singularidade das Experiências**

### Resumo

*Neste artigo procuro problematizar a relação complexa e ambígua entre meios de comunicação social e os processos de produção de cidadania. Em alternativa à noção de esfera pública proponho a de públicos, mediáticos e políticos, que permite restituir a teia densa de factores que condicionam a recepção dos conteúdos mediáticos. Por outro lado, especial atenção é dada à função ideológica dos média e, a partir da análise de dois casos concretos, procura-se indagar da possibilidade e das condicionantes da apresentação de gramáticas alternativas que potenciem a construção de um mundo comum que não consensual.*

### **Introdução**

Neste artigo apresento uma reflexão sobre a relação entre os *media*, entendidos como meios de comunicação de massa, e a construção dos públicos, tomando estes como alicerçados em identidades e processos de identificação activados em contextos concretos e bem definidos. Esta relação, complexa e marcada por dinâmicas de poder, permite definir espaços e processos de cidadania, de visibilidade e de invisibilidade de causas, projectos e trajectórias. A pergunta central que serve de ponto de partida para esta reflexão é a seguinte: que contribuição dão os *media*, na sua lógica de funcionamento autónomo, à reflexão sobre a cidadania? Quem e o quê incluem e excluem?

A partir da polissemia da noção de espaço público abordo o espectro de posições teóricas sobre o papel dos *media* na produção de cidadania. Estaremos a exigir demasiado aos *media*? Marcarão mesmo estes a agenda do que é relevante no contexto nacional e internacional? Como primeira constatação, podemos verificar com Laurent Thévenot (1999:77), a partir de uma análise comparativa que este realizou sobre a construção do espaço europeu, que não existe um vocabulário cívico consistente e sustentado que possa ser utilizado como recurso discursivo para contrapor à hegemonia

actual da linguagem mercantil. Sem esse vocabulário não podemos pensar formas alternativas de acção e de intervenção cívicas.

Após uma primeira parte onde procedo a uma apresentação das teorias convencionais sobre a questão dos *media* e do espaço público, proponho como visão alternativa a teorização de Oskar Negt em torno do conceito de espaço público oposicionista. Numa segunda parte, tomo como ilustração da complexidade difractiva das produções mediáticas e da persistência dos discursos de colonialidade, a cobertura mediática e os impactos sociopolíticos do tsunami no Índico em 2004 e do furacão Katrina nos Estados Unidos em Agosto de 2005. Estes dois acontecimentos tiveram consequências directas nas opiniões públicas ocidentais e explicitaram os critérios diferenciadores e excludentes de uma biopolítica das populações assente no racismo, nas diferenças de classe e em discursos produtores de medo e de alteridades perigosas.

### **Cidadania imperfeita e comunidade de destino**

Comungando da opinião de que as razões de felicidade de uma crítica, e aqui numa perspectiva de uma sociologia da crítica mais do que de uma sociologia crítica, assentam na clara apresentação dos princípios em que a mesma assenta, começo por explicitar o que entendo por cidadania. Neste texto utilizo um conceito de cidadania que pretende pensar para além das definições legais ou políticas. Baseando-me em Étienne Balibar (2001), recorro aos conceitos de comunidade de destino e de cidadania imperfeita. A comunidade de destino implica a prevalência de situações de incerteza e da conflitualidade, que não a violência, das condições do político (2001:209). Esta comunidade de destino, na sua componente territorial, pode ir do prédio, rua ou bairro até ao globo como um todo. Como consequência, a cidadania é uma noção complexa, que se define e constrói sempre a vários níveis, em quadros múltiplos e articulados de forma diversa. A cidadania imperfeita é constituída, assim, por práticas e processos e não é tanto uma forma estável ou pré-definida.

A síntese dos conceitos de comunidade de destino e cidadania imperfeita permite-nos pensar a esfera pública como atravessada pelo peso e pelas contradições das subjectividades individuais e colectivas. Citando Balibar, “a *esfera pública*, na realidade, mais não é do que uma representação objectivada e universalizada, um controle colectivo, um campo de comunicação das «paixões e dos interesses» da sociedade” (2001: 212).

Esta reflexão de Balibar, e a atenção que é dada às questões identitárias, deriva da sua proposta teórica sobre a noção de político. Para este autor, três conceitos definem

eticamente o fenómeno político: a emancipação, a transformação e a civilidade (Balibar, 1997). À figura ética da emancipação corresponde a autonomia do político. A possibilidade de pensar a transformação deriva das condições estruturais e conjunturais do político e reportam-se à heteronomia do político. À civilidade corresponde a heteronomia da heteronomia, ou seja, as contradições e as ambiguidades das identidades, das pertenças e das rupturas.

A partir desta noção dúctil de cidadania ancorada em processos políticos contraditórios e complexos, em que o desafio das identidades e das políticas identitárias se torna premente, podemos interrogar a noção tradicional de esfera pública construída a partir das propostas de Jürgen Habermas. Este autor, na sua obra pioneira sobre a emergência da esfera pública burguesa nas sociedades ocidentais, alertava para o retorno ao carisma da esfera pública representativa assente em especialistas de imagem e da opinião que veiculavam os interesses dos poderes económicos e políticos. A visão pessimista de Habermas, directamente associada ao período em que a obra foi escrita, seria mais tarde transformada num relativo naturalismo no seu trabalho *Between Facts and Norms* (1996).

Como refere Deborah Cook (2001:139), Habermas parece assumir que o funcionamento sistémico-paternalista das democracias liberais deve ser o padrão a adoptar. Assim, segundo este autor, só em casos raros é que a esfera pública cumpre as condições necessárias para se tornar em poder comunicativo com directa influência no sistema político.<sup>1</sup> E, aquilo a que Habermas chama de “privatismo civil” é reforçado pela colonização do mundo da vida, tornando difícil o desenvolvimento de uma esfera pública robusta e vibrante. O que surpreende na nova argumentação de Habermas é que a fraqueza da esfera pública deriva quase exclusivamente da dinâmica negativa do mundo da vida, e não dos sistemas económicos ou políticos e da sua lógica de funcionamento hegemónico.

Esta nova proposta teórica de Habermas remete para a acção dos movimentos sociais, sobretudo a partir de iniciativas espectaculares e disruptoras, a capacidade para veicular exigências ao sistema político, uma vez que os meios de comunicação social não cumprem o seu papel de mediadores e de formadores dos cidadãos a partir da convocação das opiniões dos peritos.

---

<sup>1</sup> Para uma análise decisiva sobre a naturalização do conceito de sociedade civil e da relação entre cultura política e esfera pública, ver Somers (1995). Para uma tentativa de recuperação do conceito de sociedade civil aplicando-o a situações de diversidade cultural e histórica, ver Chambers e Kymlicka (2002).

Que possibilidades restam então para a construção de cidadãos activos e participativos? Mais do que falar numa esfera pública, que adquire uma conotação quase metafísica, parece mais adequado falar de públicos, procurando restituir a complexidade da construção e recepção mediáticas e dos seus impactos políticos. Seguindo Cefai e Pasquier (2003), os públicos não são entidades essenciais, pré-existentes, mas produzem-se pelas performances de publicitação de um problema social, de uma medida ou política pública, de uma obra, programa, espectáculo, etc. Estes autores distinguem entre públicos mediáticos e públicos políticos. O público dos *media* é sobretudo destinatário de um dispositivo de representação. O público político, a partir da acepção original de John Dewey, é “um público associativo, inquiridor ou deliberador, que visa controlar as consequências de um acontecimento ou de uma acção e que procura definir as modalidades do bem público” (2003:18).

Esta pragmática dos públicos alerta para a importância das sociabilidades e dos laços interpessoais na conformação das experiências pessoais e colectivas de recepção mediática de comprometimento social, cívico e político. As formas de mobilização colectiva revelam o papel dos *media* como operadores práticos de experiência identitária e de identidades narrativas. Se um público político pode ser interpelado, reforçado ou contestado pela actuação dos *media*, estes também produzem problemas públicos e constituem públicos que se podem converter em públicos políticos.

### **A criação de um espaço público oposicionista**

Em reacção directa à visão normativa e integradora de Habermas, no seu relato e na sua consagração de uma esfera pública burguesa, Oskar Negt, com a proposta de um espaço público proletário ou oposicionista, como o chamaria posteriormente, procurava tornar visíveis as formas colectivas e alternativas que dão expressão pública às necessidades humanas que transgridem a camisa de forças das representações dominantes mediatizadas (2007: 216). Este processo de extravasamento permitia construir um espaço público que acolhe a experiência imediata e sensível e que permite fundar uma ordem democrática inalienável.

Oskar Negt propõe para as publicidades da manifestação e da contestação a recuperação da retórica e da arte do discurso persuasivo. Por outro lado, enquanto que o espaço público em Habermas, o discurso livre e a afirmação da liberdade de opinião, numa acepção profundamente europeia, são factores legitimadores da nova ordem social burguesa, rigorosamente delimitados dos interesses económicos e das pressões dos aparelhos de Estado, Negt configura uma noção de espaço público abrangente, que tem

de incluir necessariamente o domínio da produção e da economia política e a esfera privada.

Os potenciais políticos da esfera de produção e da esfera privada devem ser trabalhados de forma à sua mobilização para a esfera pública alargada. Os materiais de contestação provenientes da produção, do trabalho e da esfera privada, excluídos tradicionalmente da esfera pública burguesa, sofrem actualmente transformações radicais (Negt, 2007: 222). Como bem refere Alexander Neumann (2007: 8), o conceito de Habermas de publicidade apresenta-se deliberadamente como a idealização teórica de uma forma política que assenta no recurso à violência e na exclusão de grande parte da população. O espaço público oposicionista, fluído e consolidando-se em subjectividades rebeldes e em conexões parciais, restitui, torna visível e projecta os particularismos e o conjunto de situações de vida específicas. O objectivo é partir das experiências fragmentárias, dos murmúrios quase inaudíveis e inauditos, das tomadas de palavra arriscadas (Neumann, 2007: 12).

Para Oskar Negt, as experiências que extravasam os conceitos, que os negam, são mais importantes para a crítica que as palavras que nomeiam positivamente as coisas. A subjectividade rebelde carrega a obstinação, a autenticidade e a negatividade do actores que resistem à marcha triunfal dos vencedores. Enquanto o espaço público burguês procede por generalizações abstractas, o espaço público oposicionista visa a acumulação de experiências singulares. Contra os discursos normativos, o que caracteriza o espaço oposicionista é a tomada de palavra directa, que permite a troca de experiências e a resolução dialógica, parcial e sempre aberta dos conflitos (Neumann, 2007: 21).

### **O impacto dos media, entre visões optimistas e pessimistas**

Centrando a nossa atenção agora nas teorias e propostas actuais que analisam o impacto dos *media* na realidade social e a importância da comunicação social na construção da cidadania, podem ser identificadas duas correntes principais: as teorias pessimistas ou críticas, na esteira da escola de Frankfurt, como Todd Gitlin Jean Baudrillard, ou posições de cariz mais realista, como, por exemplo, a de Michael Schudson.

Começemos por uma breve análise da vertente pessimista representada por Gitlin e Baudrillard. Na sua obra *Media Unlimited* (2002), Todd Gitlin refere o efeito de supersaturação criado pelos *media* nas sociedades do centro do sistema capitalista. Os *media* são ocasiões que permitem aos cidadãos experienciar em circuito fechado, no

sentido em que as experiências são elas próprias os principais produtos, as principais transacções, os principais efeitos dos *media* (2002:10). Para Gitlin, neste fluxo permanente de imagens, sons e palavras, a democracia reduz-se a um simples epifenómeno. Como efeitos directos da supersaturação temos a simplificação dos temas tratados pelos *media* e a consequente desmobilização das pessoas. Gitlin refere, como exemplo do efeito perverso dos *media*, o seu estudo clássico sobre a cobertura dos *media* americanos do movimento anti-guerra dos anos 60 nos Estados Unidos, *The Whole World is Watching* (2003). A cobertura dos *media*, segundo Gitlin, desbaratou o movimento anti-guerra pela cobertura desproporcionada da violência das acções perpetradas por aquele movimento e pela sua retórica extravagante. Os líderes do movimento e os *media*, segundo o autor, entraram numa relação simbiótica e em circuito fechado que foi fatal para o movimento anti-guerra (2002: 123).

Jean Baudrillard, no seu trabalho *Le Pacte de Lucidité* (2004), propõe a ideia de realidade integral para marcar a tendência e a exigência de que tudo seja real, visível e transparente e que transporte um sentido. Esta realidade integral, segundo o autor, significa a morte do real, de toda a possibilidade de imaginação do real. O tempo do virtual e dos *media* coloca em causa toda a transcendência, o tempo histórico do acontecimento, o tempo psicológico do afecto e da paixão, o tempo subjectivo do julgamento e da vontade. Cabe ao analista, segundo Baudrillard, arrancar o mundo ao seu princípio de realidade, trazê-lo à sua singularidade. “O real é da ordem da generalidade, o mundo é da ordem da singularidade” (2004: 29).

Em contraste com as posições de Gitlin e Baudrillard, Michael Schudson afirma que a influência dos *media* assenta sobretudo numa ilusão do poder dos mesmos (2003a).<sup>2</sup> O poder dos *media* é sobrestimado pela razão simples, segundo o autor, de que são a ponta visível de um icebergue de influências sociais no comportamento humano. Referindo-se também ao livro de Gitlin sobre os movimentos anti-guerra, Schudson argumenta que, mais do que o enquadramento negativo do movimento pelos *media*, foi a componente informacional que esteve na base da desagregação do movimento. Ou seja, a simples informação da existência do movimento anti-guerra, com a atracção de novos aderentes portadores de novas sensibilidades e lógicas políticas, conduziu a lutas fratricidas pelo poder e à sua lenta desintegração.

Na relação dos *media* com a cultura cívica, Schudson (2003b) argumenta que aqueles definem as estruturas da atenção, ou seja, aquilo que o público é chamado a

---

<sup>2</sup> Num tom semelhante poderemos situar no caso português a reflexão de Mário Mesquita (2003).

tomar em conta e aquilo que deve ser ignorado. Mais importantes na construção da cidadania são, para este autor, o que chama de infraestrutura cívica e a permeabilidade do quotidiano aos rituais e símbolos da cidadania.

A partir destas duas correntes de pensamento que teorizam a relação entre os *media* e a construção de uma cultura cívica, podemos centrar agora a discussão em torno da seguinte questão: como afecta a heteronomia da heteronomia, o jogo complexo de identidades e de particularismos, o papel dos *media* no espaço público? Aqui podemos distinguir duas visões teóricas radicalmente distintas que marcam as respostas a esta pergunta. Uma primeira, de cariz republicano, alerta para o perigo da desagregação das identidades nacionais e dos elos sociais integradores. Como representantes desta visão podemos indicar Elihu Katz e Dominique Wolton. Uma segunda perspectiva, que podemos denominar de crítica e problematizadora quanto à influência dos *media*, é representada por Ernesto Laclau.

Elihu Katz enfatiza a relação simbiótica entre a estrutura dos *media* e a estrutura da sociedade (2000:129). A crise ou a perda de importância do sistema público de comunicação conduz e reflecte a ausência de um arena comum de discussão dos temas prementes de uma dada sociedade. A multiplicidade e a segmentação dos meios de comunicação (canais temáticos, video, internet, etc.) coloca em risco o sentimento partilhado de nação e a comunidade imaginada construída em torno, por exemplo, da televisão pública. Para Dominique Wolton (1994), num texto considerado já um clássico no tratamento desta temática, a televisão constitui um dos laços sociais mais fortes, sedimentadora da identidade nacional. A televisão tornou-se no sub-consciente colectivo mais determinante na construção dessa identidade nacional. A televisão, tanto nas suas emissões de entretenimento como de informação, produz e difunde uma cultura comum e só a televisão generalista, preferencialmente de capitais públicos, permitirá a aproximação dos diferentes grupos e interesses que compõem uma dada sociedade na comunhão de um destino comum.

A perspectiva crítica de Ernesto Laclau (2000) sobre a relação entre a comunicação social e a construção de identidades nacionais imaginadas deriva de uma teorização aturada sobre a questão do poder e da hegemonia nas sociedades contemporâneas. Se o poder implica dominação, não podemos concluir que a influência avassaladora dos *media* na sociedade da informação constitui um poder que só pode ser abordado numa lógica de resistência. Para o autor, a estratégia adequada assenta na exploração das ambiguidades internas dos sistema de poder dos *media* e na tentativa de

desenvolvimento de outras possibilidades emancipadoras. Assim, contrariamente a Katz e Wolton, Laclau considera que a pluralidade e a fragmentação das identidades e dos actores sociais não devem ser vistas de forma pessimista. Citando: “Construir uma visão política nestas novas condições, em que a manutenção do desfasamento entre a universalidade e a particularidade torna-se a própria matriz do imaginário político, é o verdadeiro desafio com que a democracia contemporânea se confronta” (2000: 145). O caminho passaria pela criação de *media* alternativos, veiculadores de temáticas transgressoras das gramáticas hegemónicas e assentes em lógicas de produção descentradas e não comerciais.

O que Ernesto Laclau não apreende, é que no campo jornalístico há clivagens ideológicas e diferentes práticas profissionais e que será importante inserir a crítica dos *media* na imanência da *praxis* (Lemieux, 2001:223). Esta abordagem internalista, além de restituir os contrangimentos situacionais que a acção colectiva dos jornalistas faz emergir, apoia-se sobre o sentido de justiça dos próprios actores (os problemas e dilemas morais dos jornalistas, as suas auto-críticas, os seus casos de consciência, etc.).<sup>3</sup> Cyril Lemieux ao comparar os jornalistas nos Estados Unidos e em França, e a partir de entrevistas pessoais, concluiu por uma convergência nas avaliações da objectividade profissional, da relação entre o público e o privado (relação com as fontes) e do activismo político (separação entre o activismo político e a prática jornalista) naqueles que trabalhavam em meios de comunicação não partidários (Lemieux, 2000a).

Parece-me que a possibilidade de produção de gramáticas alternativas nos *media* assentará tanto na exploração dos dilemas identitários e ideológicos dos jornalistas da comunicação social convencional, como na tentativa de fundar lógicas e processos de produção informativa não convencionais e alternativos à chamada informação de referência.

Contudo, mesmo entrevistando ou observando os profissionais da comunicação social nos seus contextos profissionais, não nos podemos ater ao que aqueles declaram ou fazem. Há que analisar como está construído o que produzem, que identidades, representações e relações são salientadas e as que são silenciadas ou reprimidas. É a isso que se propõe a análise crítica do discurso (Fairclough, 1995). Os *media* constituem um poderoso aparelho ideológico, não no sentido que são manipulados ou que os seus profissionais possuem uma falsa consciência, mas sim que os seus discursos assentam em pressupostos e assunções com um forte carácter

---

<sup>3</sup> Para o caso francês ver Lemieux (2000b).

ideológico. Esta função ideológica é complexa e contraditória. Por exemplo, os textos (num sentido amplo) dos *media* tanto contribuem para a o controle e a reprodução social, como operam como mercadorias culturais, entretêm as pessoas, mantêm as pessoas política e socialmente informadas, são artefactos culturais e reflectem as mudanças nos valores e nas identidades.

Esta função ideológica, independentemente de ser avaliada e reformulada internamente nos conselhos de redacção, ousando até incluir a presença de observadores externos, não parece também passível de alteração pela introdução da figura de provedor na comunicação social. Aos destinatários da informação e aos directamente referenciados no tratamento dos *media* caberá um papel directo na desconstrução dos discursos jornalísticos e na exigência de apresentação de visões alternativas. Esta exigência, mesmo que possível pela acção isolada de alguns indivíduos, exige uma sociedade civil organizada em grupos de interesses e de pressão, exige um grau de mobilização social e política específica.

Como se viu atrás, sendo o espaço público mais uma noção teórica que uma realidade concreta, resta-nos trabalhar a diversidade dos públicos construídos a partir de determinados problemas, temáticas, ou consumos. Os públicos só existem em contextos concretos e bem definidos e a sua mobilização como públicos políticos exige todo um trabalho político, social e simbólico que os inscreva na tessitura das discussões públicas e lhes dê voz, que os faça falar e apontar perspectivas alternativas e desconstrutoras das hegemonias gramaticais sobre determinados temas ou problemas.

Como referem Mohammed El-Nawawy e Adel Iskandar, na sua arguta e pertinente análise do aparecimento e consolidação da estação de televisão Al-Jazeera, assiste-se a uma alteração do discurso público nos países árabes, mesmo os mais totalitários (2002: 68). A fórmula de sucesso da estação, em contraponto com as hegemónicas CNN e Sky News, é tentar apreender e veicular o que acham relevante os árabes. O processo de descentração e de valorização de outras perspectivas, permite emitir ideias e temáticas não-consensuais. Refira-se que o tema que mais cobertura tem da Al-Jazeera é o da Intifada. Segundo os autores, mais importante do que saber se a estação enquadra a Intifada como uma consequência da agressão israelita ou palestina, é que a mesma seja vista, discutida na esfera pública, obviando à prevalência do secretismo de Estado ou aos radicalismos de minorias (2002: 69).

### **Cidadania, espaço público e risco**

O advento da modernidade conduziu à substituição do conceito de *fortuna* pelo conceito de risco, expandindo-se o contexto de confiança, assim como o papel do Estado na sua regulação (Giddens, 1991; Luhmann, 1993). Mas, como argumenta Boaventura de Sousa Santos (1995), também assistimos ao crescente desfasamento entre a capacidade para agir e a capacidade para prever, aumentando os riscos de forma dramática, tanto na sua escala como na sua frequência. Tal facto coloca novos desafios à regulação do risco pelos Estados, devido sobretudo às dinâmicas transnacionais e à exigência crescente dos cidadãos quanto à sua segurança e quanto à existência de planos de prevenção e de mitigação bem delineados e com objectivos claramente definidos.

Desta tendência advém a necessidade de estudo dos regimes de regulação do risco (Hood, Rothstein, Baldwin, 2001), e as suas adaptações à necessidade de cooperação transnacional face à globalização dos riscos. Segundo Ulrich Beck (2001), “Os Estados devem *desnacionalizar-se* e *transnacionalizar-se* a bem do seu próprio interesse nacional, isto é, devem abdicar da sua soberania de forma a, num mundo globalizado, lidarem com os seus problemas nacionais”. Esta é para Beck uma tendência inelutável no âmbito do que chama de sociedade do risco mundial (1999;1992).

Esta dissociação entre a nação e o Estado, proposta por Ulrich Beck, desvia a atenção dos mecanismos materiais e simbólicos constituintes das arenas políticas internas e das lutas políticas que ocorrem devido aos acontecimentos extremos (Klinenberg, 2002). E isto porque a criação de uma arena política exige uma inclusão explícita; uma justificação e articulação das escolhas individuais; e o tornar perceptíveis os factos e os debates para audiências específicas (Barry, 2001; Callon, Raberahisoa, 2004).

Os acontecimentos e as situações perigosas permanentes tendem a aumentar a legitimação da intervenção do Estado, muitas das vezes com a suspensão das normas sociais e económicas, criando um estado de excepção, que indicia a presença inelutável do Estado. Estes acontecimentos extremos colocam desafios concretos na produção de conhecimentos nas ciências sociais e naturais que, na maioria dos casos, coarctam a suposta autonomia das ciências.

Muitos dos pensadores sobre estas temáticas, por outro lado, reforçam o papel dos peritos e dos poderes estabelecidos (Estados e agências internacionais) na gestão da incerteza, marginalizando os conhecimentos e a participação dos cidadãos. Tal é claramente apreensível no “catastrofismo esclarecido” de um Jean-Pierre Dupuy (2005; 2002) ou nos cenários baseados nos piores casos de Lee Clarke (2005).

Esta teorização dos “extremos” assenta numa ecologia do medo (Davis, 1998) e numa política e cultura do medo (Furedi, 2005, 2002), que não permite uma progressiva e gradual composição de um mundo comum (Latour, 2005). Esta composição de um mundo comum, heterogéneo, complexo e conflitual, será possível, não com uma sociologia da virulência (van Loon, 2002), mas sim com uma abordagem modesta e articulada, capaz de estar atenta às componentes emergentes do social e que activa e democraticamente tece uma versão desse social.

Os acontecimentos extremos, como desastres e catástrofes, mostram o trabalho político para colocar os grupos e os indivíduos descartáveis fora das redes sociais e das comunidades nacionais imaginadas. As Ciências Sociais, como tecnologias humildes (Jasanoff, 2003), devem tornar visíveis as pessoas e os grupos situados nos interstícios dos alinhamentos sociotécnicos e participarem do trabalho colectivo necessário para relatar e personificar essas pessoas e esses grupos num processo político de cidadania plena.

A irrupção do medo no espaço de debate público, propiciada por acontecimentos naturais e sociais de grande visibilidade material, simbólica e política, como o 11 de Setembro, o tsunami na Ásia ou o Katrina em Nova Orleães, e a sua utilização explícita numa lógica de controlo político consubstanciado em políticas do medo, exige um esforço de reflexão e o avançar de versões alternativas sobre a construção de um mundo comum, conflitual, diverso, heterogéneo, mas marcado sempre por uma partilha de experiências e identidades.

Estas visões alternativas, propiciadoras de uma democracia dialógica, em que todos os agentes interessados numa dada temática têm direito à voz e à investigação, assentam na atenção permanente às identidades emergentes e à concepção de cenários alternativos que possam responder a questões locais e não equivalentes, num equilíbrio precário entre interesse geral e interesses particulares.

Como bem refere Niklas Luhmann, o hiato, a nível comunicacional, e na esteira da lógica de análise de sistemas da sociedade moderna (política, lei, economia, ciência), entre os que participam nas decisões e os que sendo excluídos do processo de decisão sofrem, no entanto, as consequências das decisões tomadas, tem vindo a aumentar. Este hiato comunicacional crescente pode conduzir a um menor nível de confiança nas relações entre os membros de uma dada sociedade.

A alternativa é o delinear de tecnologias sociais de participação que conduzam à construção de epistemologias cívicas que permitam a presença informada e crítica dos

cidadãos no espaço público (Jasanoff, 2005). Estas epistemologias cívicas definem como as sociedades democráticas adquirem um conhecimento comum para objectivos de acção colectiva, sendo aquelas moldadas pelas diferentes culturas políticas e pelos contextos nacionais.

A consolidação da importância das epistemologias cívicas deve assentar na experiência acumulada na análise de situações de desastre ou catástrofe onde, contrariamente ao que afirmam muitos especialistas e responsáveis políticos, as respostas das populações, dos grupos e dos indivíduos afectados não se baseia na irracionalidade ou no pânico (Clarke, 2005), mas sim na entejuda, na solidariedade e na construção de comunidades de desastre que enformam a capacidade de resistência, de recuperação e do lento restabelecer dos laços, das vivências e dos espaços habitados.

O mito do pânico permite aos responsáveis políticos e administrativos reterem informação que reforça as lógicas e as dinâmicas de poder na gestão dos acontecimentos extremos. O pânico, ou a presunção de que o mesmo determinará a acção das pessoas, é sempre imputado aos cidadãos comuns e nunca aos dirigentes, cientistas ou técnicos. Esta definição política do pânico afasta a possibilidade de incorporação dos cidadãos como um verdadeiro recurso no planeamento e na resposta a desastres ou a acontecimentos extremos. Por outro lado, a não divulgação de informação induz processos de desconfiança em relação aos agentes políticos obviando a adequada aplicação dos conhecimentos comuns e a consolidação das potencialidades de resiliência e de resistência das populações, dos grupos e dos indivíduos.

A possibilidade de construção de um espaço público com plena participação cidadã em relação aos perigos, aos riscos e à vulnerabilidade, para além de uma ecologia do medo e de uma política do medo, implica uma visão alternativa assente na segurança das populações (Lakoff, 2006). Este novo paradigma conduz a uma pergunta central: que tipo de técnicas, instrumentos e instituições governamentais são mais relevantes para se atender ao bem-estar dos cidadãos, e quais os objectos de conhecimento e os tipos de intervenção a definir para manter a segurança das populações?

O quadro de análise deve ser o de longo prazo, que atenda ao aprovisionamento de saúde pública e à diminuição da pobreza, em vez de respostas e acções marcadas pela urgência, o curto prazo e a mitigação e limitação dos danos. Especial atenção deve ser atribuída aos factores estruturais e às suas dimensões espaciais, que exigem um planeamento e um âmbito de actuação claros e bem delimitados das entidades públicas.

A definição de modos de vida sustentáveis implica necessariamente uma intervenção sustentada e integrada no que concerne ao bem-estar das populações.

Uma lógica de participação cívica na construção de um espaço público dialógico em torno das questões do risco deve considerar as condições de vida dos seres humanos como membros de um colectivo social e o seu direito de integração e de realização de uma cidadania plena.

### **Acontecimentos extremos, catástrofes e a racialização dos explorados**

Nesta segunda parte, tomado como referência as teorias locais sobre os *media*, os públicos e a construção de cidadania abordadas anteriormente, maioritariamente oriundas do contexto europeu e norte-americano, analiso a cobertura mediática do tsunami que assolou o Índico em 2004 e o furacão Katrina que se abateu sobre Nova Orleães em 2005. Sigo de perto Walter Mignolo (2005: 405), quando apela a uma suspensão da teoria de proletarização e dos conceitos de povo, popular e multidão até que se apreenda de forma clara, tanto epistemológica como politicamente, o que significa e permite de forma performativa a racialização num mundo capitalista e imperial/colonial. Para Mignolo, “Uma topologia de actores sociais em conjugação com uma teoria do ser é um imperativo para compreender a articulação imperial actual, tanto ao nível das diferenças imperiais como das diferenças coloniais” (2005a: 405).

Esta proposta pode ser integrada com a visão crítica de Boaventura Sousa Santos quanto ao pós-colonialismo (2006: 225). Para este autor, apesar da relação colonial ser um das relações de poder desigual fundantes do capitalismo, não é a única, e deve ser articulada com outras relações de poder, como a exploração de classe, o sexismo e o racismo. Como componente essencial a acrescentar à análise da cultura ou do discursos, deve ser dada também atenção à análise da economia política e às configurações históricas e heterogéneas da relação colonial.

A geografia histórica dos desastres mostra à evidência as estratégias hegemónicas e performativas de produção de um mundo inseguro. Como bem o mostrou Greg Bankoff (2004), o *topos* dos desastres naturais substituiu no final do séc. XX os *topoi* da tropicalidade (a condição de doença é resolvida pela medicina ocidental) e do desenvolvimento (a condição da pobreza é resolvida pela investimento e pela ajuda ocidentais) na produção de um outro exótico, perigoso e distante. Contudo, algumas catástrofes no mundo ocidental, e mais concretamente o furacão *Katrina*, em 2004, revelou como essa exotização assente em critérios raciais, de classe e de gestão

biopolítica e geo-económica das populações, também funciona em pleno em certos locais geo-históricos (Mignolo) do centro hegemónico.

O tsunami que atingiu o Índico no dia 26 de Dezembro de 2004 marcou o emergir de uma comunidade de desastre global, e isto devido ao número de pessoas afectadas, ao leque de países directamente atingidos, aos danos materiais colossais e, mais importante, devido à projecção mediática, amplificada pela vitimação de milhares de cidadãos europeus e norte-americanos presentes nas estâncias turísticas da região.

Após o tsunami de 2004, acorreram ao Sri Lanka técnicos e militares de 55 países, representando dezenas de ONG's. A descoordenação e a natureza reactiva destas organizações funcionaram como reveladores da inexistência de uma capacidade preditiva e de planeamento, da não incorporação dos princípios das teorias e das estruturas de análise e de redução do risco e da fraca relevância dos ensinamentos acumulados quanto à mitigação e recuperação em situação de desastre. Este saber acumulado sobre gestão de desastres não se encontrava generalizado nem incorporado nas estruturas organizativas e logísticas das ONG's que actuam em situações de catástrofe (Twigg e Steiner, 2002). A sua lógica de funcionamento estava adequada a contextos sociohistóricos, sociopolíticos e sociogeográficos do pós-colonialismo da América Latina, mas não estavam adaptados às situações pós-coloniais centradas na Ásia.<sup>4</sup>

Por exemplo, um membro de um governo local do Sri Lanka queixava-se ao jornalista da revista francesa *Nouvel Observateur* de que precisavam de cimento e de electricidade e não de brioches ou croissants. A presença da armada norte-americana ao largo de Sri Lanka reactivou também sentimentos de hostilidade, sobretudo na zona controlada pelos rebeldes tamil.

Também na Indonésia, na zona de Banda Aceh, o apoio da ONU e das ONG's foi cooptado pelo governo central, usando esse apoio como arma política contra os rebeldes (40% da população desta região vivia abaixo do limite da pobreza antes do tsunami).

A lógica de afirmação dos grandes sistemas internacionais de ajuda (ONG's e Organização Mundial de Saúde) pode coarctar ou anular o trabalho das organizações locais. Tal como um campo de batalha, o cataclismo é um terreno de experimentação sanitária em escala real para a Organização Mundial de Saúde. O risco é que se crie no

---

<sup>4</sup> Os casos recentes do furacão em Myanmar (Birmânia) de 2 de Maio de 2008 e o terramoto de 12 de Maio na China, mostram esta realidade de forma insofismável.

futuro um poder humanitário e sanitário autoritário que, apoiando-se na emoção colectiva, tire a capacidade de acção dos pequenos países ou territórios (biopolítica de âmbito internacional). Neste contexto, a recusa da Índia do apoio internacional na crise do tsunami obriga a uma reflexão para além dos simplismos analíticos da abertura/fechamento dos regimes políticos, da sua lógica ditatorial ou da boa vontade perante a assistência internacional e das agências mundiais de beneficência.

Abordando concretamente o tratamento dado pelos *media* ao tsunami no Índico, estamos perante o primeiro desastre mundial, tanto pela dimensão como pela presença inusitada neste tipo de acontecimentos de cidadãos turistas dos países do centro do sistema mundo (esquecendo também os relatos dos *media* os milhares de turistas asiáticos presentes no local).

A informação baseou-se, nos primeiros momentos, quase em exclusivo em imagens de câmaras de vídeo amadoras, democratizando o fluxo de informação e reforçando o cunho de realidade do acontecimento. Por outro lado, os governos ocidentais perante a dimensão do desastre mostraram, ao contrário do que seria expectável, uma inércia e uma incapacidade de acção e de articulação quase patéticas e realmente dramáticas. Mais do que a incapacidade para fazer o luto dos seus cidadãos que pereceram nos longínquos paraísos turísticos, o que assistimos, por exemplo no caso da Suécia, foi à desrealização e à incapacidade de representação de um acontecimento destes ocorrer, à ausência de um catastrofismo esclarecido na onnipotência e auto-suficiência de governos com grandes recursos económicos mas incapazes de pensar a catástrofe fora dos seus limites territoriais.

No jogo difractivo de imagens e discursos subsequente ao tsunami, os habitantes da Europa e os turistas no Índico aperceberam-se da fraqueza do Estado como um terapeuta global imaginário dos seus cidadãos (Sloterdijk, 2006: 266). O palácio de cristal, com a sua endosfera quente e auto-complacente, abriu fendas, e cada um dos turistas e a comunidade de desastre constituída pelos seus familiares, amigos e próximos, sentiram-se completamente desmunidos, vulneráveis e à mercê dos elementos naturais. A rotura no palácio de cristal, a alteração radical da sua homeostasia confortável enquanto viajantes do mundo, e a consequente vulnerabilidade vivida, tornou-os cidadãos do mundo e simples humanos.

A uma comunidade de desastre mundial as estruturas nacionais europeias não estavam preparadas para responder, imersas na ilusão e no mito da contenção nacional. As opiniões públicas dos países europeus envolvidos nos acontecimentos de Dezembro

de 2004, adoptaram atitudes críticas em relação à actuação dos seus governos nesta crise. Estes factos comprovaram os resultados de muitos estudos sociológicos sobre situações de desastre, em que antes, durante e depois de desastres, o “público em geral” dá valor à confiança nos poderes instituídos e ao respeito destes para com os cidadãos (Luhmann, 1993).<sup>5</sup>

Muitas análises críticas foram elaboradas a propósito da cobertura dos *media* dos países centrais do tsunami. Harsha Walia (2005) contrastava o que chamou de discurso da compaixão e de ideologia do humanitarismo dos desastres naturais com o esquecimento das crises humanitárias no Darfur e no Ruanda. Para a autora, estávamos perante uma reedição da consciência colonial e a lógica da superioridade do Ocidente. Para ela a ajuda internacional, e a política de compaixão global, com a forte presença das ONGs, acabaria por atenuar a indignação das populações afectadas pelo tsunami. A capacidade de resistência e de recuperação diluía-se na lógica de vitimação.

Peter Philips (2004), sociólogo norte-americano e director do *Project Censored*, denominava de hipócrita a posição dos *media* de referência norte-americanos, que à exacerbada atenção ao tsunami contrapunham um longo silêncio aos 100 mil mortos civis desde a invasão do Iraque.

Mas, não nos podemos ater simplesmente a esta lógica de denúncia. A visibilidade do tsunami, transformando-o num desastre global, desencadeou acções de solidariedade locais, nacionais e internacionais, mobilizando recursos e pessoas numa escala inaudita. O papel dos *media* no desencadear de acções humanitárias não pode ser descurado, bem como o seu papel na efectivação dos apoios às populações afectadas.

Na esteira de Luc Boltanski (2000; 1999), temos sim que perguntar quais os princípios de uma abordagem de piedade que, abandonando a versão negativa da compaixão, permita a definição de uma política da piedade, reconstituindo a sua dimensão especificamente política, controversa e até conflitual, numa lógica democrática e de cidadania. Como pode o sofrimento à distância ser representado e adquirir uma conotação política, que permita a acção, a revolta e a solidariedade?<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Como exemplos na Europa, podemos citar o caso da mancha negra na Galiza e o atentado bombista em Madrid, ou o contraste da indiferença oficial, cidadã e mediática em Portugal aos mil e tal mortos derivados do impacto da onda de calor de 2003, quando comparados com o caso da França, onde o mesmo evento se tornou um caso de consciência colectiva e de questionamento do conceito de cidadania, com o abandono de milhares de idosos à sua sorte e milhares de corpos não reclamados e enterrados em valas comuns.

<sup>6</sup> Luc Boltanski (2000) define três tópicos do sofrimento: o da denúncia (associado à indignação) o do sentimento (associado à emotividade) e o da estética.

A questão central é a selecção das vítimas que interessam (Ex. Quem se lembra que em 1970 nos ciclones e cheias que atingiram o Bangladesh morreram entre 300 a 500 mil pessoas?), pois uma política da piedade depara-se, e a linguagem é crua e cruel, com um excesso de vítimas, tanto a nível material como da sua representação nos *media*.

A re-legitimação da acção humanitária e a sua re-politização passam pela capacidade dos cidadãos comuns de apreenderem os acontecimentos políticos e que os sintam no dia-a-dia das suas vidas, nos seus mundos de vida, que os experimentem como dilemas interpelantes pessoais e colectivos, transformando a indignação e a emoção perante o sofrimento de outros numa acção colectiva, de movimentos sociais distintos dos partidos políticos e do Estado.

O furacão Katrina trouxe de volta aos países desenvolvidos, ou melhor, à potência hegemónica a nível económico e político, as cicatrizes raciais e de classe presentes no ordenamento do território, no acesso aos bens e no estatuto de cidadania. A retórica e os conceitos são cruciais na performatividade e na reprodução das dinâmicas de poder: na conferência sobre o clima em Nairobi realizada em 2006, vários analistas referiram os deslocados de Nova Orleães como os primeiros refugiados climáticos. Esta atribuição é duvidosa, pois o conceito de refugiado implica o de não-cidadania. Os deslocados de Nova Orleães eram cidadãos norte-americanos e reivindicavam-se como tal.

Após a inércia inicial das autoridades locais, estaduais e federais norte-americanas no confronto com os efeitos do furacão, as pessoas afectadas foram deslocadas de forma sistemática para estados próximos e longínquos, assistindo-se a uma política explícita de selectividade e de separação de famílias e de comunidades. A questão central pós-evento colocou-se em torno da lógica de reconstrução da habitação pública e do direito de regresso ao local de residência anterior.<sup>7</sup> Cerca de 200.000 habitantes ainda não voltaram a Nova Orleães, colocando-se a questão se terão algum dia condições para o fazerem.

As pessoas afectadas pelo Katrina sentiram directamente os efeitos de um racismo estrutural e insidioso que persiste nos Estados Unidos e marca toda uma tradição de biopolítica selectiva. As mesmas encontraram-se, após a catástrofe, num

---

<sup>7</sup> Papel relevante na defesa do direito de regresso e de reconstrução tem tido a organização Common Ground, criada em Nova Orleães, logo após o furacão de Agosto de 2005.

estado de liminaridade cidadã, desenraizadas à força e arredadas da arena e da esfera públicas.

Para definir a sua situação, num estado de direito e democrático, Henri Giroux propôs a noção de grupos descartáveis (2006: 10). A biopolítica do Katrina reforçou a ideia de que as populações pobres e afro-americanas afectadas constituíam um fardo para o estado federal e teriam que arranjar soluções por elas próprias. Os indivíduos que compunham esses grupos eram percebidos como não tendo laços sociais estáveis, direitos de cidadania, carreiras contributivas ou capacidades produtivas. A sua classificação inicial como refugiados era um indicador e uma designação “... which suggests that an alien force inhabited the Gulf Coast” (Giroux, 2006: 55).<sup>8</sup>

Qual será, então, o ponto de referência que permita avaliar e classificar de positiva uma abordagem dos *media* quanto a desastres? Proponho, de seguida, alguns tópicos:

- evitar o sentimentalismo e a espectacularização das imagens e das notícias;
- apresentação das estratégias locais de recuperação e de reconstituição das redes sociais e a complexidade das relações de poder baseadas no racismo, no sexismo, na dominação económica e na biopolítica das populações;
- transmissão da complexidade da situação e dos conflitos potenciais ou reais existentes no terreno;
- deixar ouvir as vozes vernáculas, as suas definições da situação;<sup>9</sup>
- estar atento às práticas, performances e discursos que indiciem a produção de um espaço público oposicionista.

Este tipo de abordagem permitirá, na assunção da diferença, a construção de um pensamento de humanidade comum e dará conta dos pontos fortes e fracos das sociedades civis locais.

Os desastres são ocasiões que revelam de forma clara as dinâmicas sociais das sociedades afectadas (estruturas sociais, redes sociais, desigualdades, capacidade de resistência) e a qualidade dos serviços estatais, sua organização e lógica de funcionamento. Permitem também testar a força dos laços que nos unem a todos nós como seres humanos e como cidadãos de diferentes países, colocando dilemas morais,

---

<sup>8</sup> Os planos de evacuação dos afro-americanos seguiram um processo meticuloso de espalhar os membros das famílias afectadas por Estados tão distintos como Utah, Oklahoma, Texas e, inclusive, o Alaska.

<sup>9</sup> Uma análise magistral e pungente do Katrina pode ser encontrada no documentário de Spike Lee (2006).

políticos e práticos complexos e quiçá irresolúveis. Mas poderão também potenciar o pensar e a concretização de alternativas na construção de um mundo mais justo e igual.

### **Conclusão**

Em jeito de conclusão podemos afirmar que os *media* constituem um dos componentes centrais das sociedades democráticas, pois permitem a publicitação, contraditória e complexa das temáticas e dos problemas que percorrem essas mesmas sociedades, o pensar e o viver de alternativas, de resistências ao pensamento e às práticas biopolíticas hegemónicas. Recorrendo a uma noção de cidadania imperfeita, e rejeitando as visões simplistas e catastróficas do potencial de manipulação dos *media*, constata-se que a esfera pública compõem-se de múltiplos públicos, mediáticos e políticos, activos em certos contextos e meros espectadores noutras situações. Como bem demonstram os exemplos apresentados acima, a função ideológica dos *media*, tomando a definição de ideologia na perspectiva de Marx, implica também os públicos, as associações e os movimentos da sociedade civil, e a desconstrução e a crítica das hegemonias gramaticais só será possível pela interpelação activa dos discursos jornalísticos e pela apresentação pública de denominações e definições alternativas, associada ou não a meios de produção e divulgação alternativos.

Sem demonizar o trabalho de produção dos jornalistas, os cidadãos e os grupos directamente visados pelos discursos destes profissionais devem exigir o direito consagrado de resposta e a produção de gramáticas outras que explorem com a colonialidade (Mignolo, 2005b) dos saberes e dos quadros de referência. As contradições do campo jornalístico poderão ser potenciadoras da possibilidade de outras vozes falarem e de se tecerem novos laços ou novas definições de cidadania, a partir da alteridade de práticas e de posicionamentos políticos e ideológicos, produzindo contra-discursos e contra-públicos.<sup>10</sup>

Se Habermas apelava aos movimentos sociais como únicos agentes capazes de questionar o sistema político, sabemos que a formatação e o enquadramento das acções dos mesmos pelos *media*, marca o tom e o traço que deixam todos os eventos nos públicos mediáticos. A lógica concorrencial no campo dos *media* e a angústia dos seus profissionais quanto ao desconhecimento dos seus públicos na sua ductilidade, e também na sua lógica muitas vezes efémera, permitem criar a oportunidade de projectar

---

<sup>10</sup> O conceito de contra-público foi proposto por Nancy Fraser (1991), na sua reformulação da noção de esfera pública em Habermas.

vocabulários outros e, numa dinâmica de conflito, pensar outras alternativas para a construção de um mundo comum que não consensual.

A produção de um espaço público oposicionista consubstancia-se, como refere Oskar Negt, na acumulação de experiências singulares, veiculadas nos *media* convencionais ou alternativos, e na produção de dispositivos de consagração de subjectividades rebeldes, difractivas, que desatem os nós apertados da colonialidade, e que circulem como espaços de possibilidade e de alternativa, para além ou apesar das teorias locais manufacturadas na miríade de mundos académicos.

## Referências bibliográficas

- Balibar, Étienne (1997), “Trois concepts de la politique: émancipation, transformation, civilité” in *La crainte des masses. Politique et philosophie avant et après Marx*. Paris: Galilée.
- Balibar, Étienne (2001), *Nous, citoyens d' Europe? Les frontières, l' État, le peuple*. Paris: La Découverte.
- Bankoff, Greg (2004), “The Historical Geography of Disaster: 'Vulnerability' and 'Local Knowledge' in Western Discourse” in Greg Bankoff, Georg Farks e Drothea Hilhorst (eds.), *Mapping Vulnerability. Disasters, Development and People*. London: Earthscan, 25-36.
- Barry, Andrew (2001), *Political Machines. Governing a Technological Society*. London: Athlone Press.
- Baudrillard, Jean (2004), *Le pacte de lucidité ou l'intelligence du mal*. Paris: Galilée.
- Beck, Ulrich (1992), *The Risk Society. Towards a New Modernity*. London: Sage.
- Beck, Ulrich (1999), *World Risk Society*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, Ulrich (2001), "The Cosmopolitan State. Towards a Realistic Utopia", *Eurozine*.
- Boltanski, Luc (1999), *La souffrance à distance*. Paris: Métailié.
- Boltanski, Luc (2000), “The Legitimacy of Humanitarian Actions and their Media Representation: The Case of France”, *Ethical Perspectives*, Vol. 7, 1 (pp. 3-15).
- Callon, Michel; Rabeharisoa, Vololona (2004), "Gino's lesson on humanity: genetics, mutual entanglements and the sociologist's role", *Economy and Society*, 33, 1, 1-27.
- Cefai, Daniel; Pasquier, Dominique (2003), “Introduction ”, in *Les sens du public. Publics politiques, publics médiatiques*. Paris: PUF.
- Chambers, Simone; Kymlicka, Will (2002) (eds.), *Alternative Conceptions of Civil Society*. Princeton: Princeton University Press.
- Clarke, Lee (2005), *Worst Cases. Terror and Catastrophe in the Popular Imagination*. Chicago: University of Chicago Press.
- Cook, Deborah (2001), “The Talking Cure in Habermas’s Republic”, *New Left Review*, November-December, 135-151.

- Davis, Mike (1998), *Ecology of Fear. Los Angeles and the Imagination of Disaster*.  
New York: Metropolitan Books.
- Dupuy, Jean-Pierre (2002), *Pour un catastrophisme éclairé. Quand l'impossible est certain*. Paris: Seuil.
- El-Nawawy, Mohammed; Iskandar, Adel (2002), *Al-Jazeera. How the Free Arab News Network Scooped the World and Changed the Middle East*. Cambridge, MA: Westview Press.
- Fairclough, Norman (1995), *Media Discourse*. London: Arnold.
- Fraser, Nancy (1991), "Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy", in Craig Calhoun (ed.), *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge, MA: The MIT Press, 109-142.
- Furedi, Frank (2002), *Culture of Fear. Risk-Taking and the Morality of Low Expectation*. New York: Continuum.
- Furedi, Frank (2002), *Politics of Fear. Beyond Left and Right*. New York: Continuum.
- Giddens, Anthony (1991), *The Consequences of Modernity*. Oxford: Polity Press.
- Giroux, Henri (2006), *Stormy Weather. Katrina and the Politics of Disposability*.  
Boulder, CO: Paradigm Publishers.
- Gitlin, Todd (2002), *Media Unlimited. How the Torrent of Images and Sounds Overwhelms Our Lives*. New York: Henry Holt and Company.
- Gitlin, Todd (2003), *The Whole World is Watching. Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left*. Berkeley: University of California Press [1980].
- Habermas, Jürgen (1984), *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro (tradução do alemão de Flávio R. Kothe) [1962].
- Habermas, Jürgen (1996), *Between Facts and Norms. Legitimizing Power?* Cambridge, MA: MIT Press.
- Hood, Christopher; Rothstein, Henry; Baldwin, Robert (2001), *The Government of Risk: Understanding Risk Regulation Regimes*. Oxford : Oxford University Press.
- Jasanoff, Sheila (2003), "Technologies of Humility: Citizen Participation in Governing Science", *Minerva*, 41, 223-244.
- Jasanoff, Sheila (2005), *Designs on Nature. Science and Democracy in Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press.
- Katz, Elihu (2000), "Media Multiplication and Social Segmentation", *Ethical Perspectives*, nº 2-3, 122-132.

- Klinenberg, Eric (2002), *Heat Wave: A Social Autopsy of Disaster in Chicago*. Chicago: University of Chicago Press.
- Laclau, Ernesto (2000), "Power and Social Communication", *Ethical Perspectives*, n° 2-3, 139-145.
- Lakoff, Andrew (2006), "Preparing for the Next Emergency", *Public Culture*, 19:2, 247-271.
- Latour, Bruno (2005), *Reassembling the Social. An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Latour, Bruno; Weibel, Peter (2005) (eds.) *Making Things Public – Atmospheres of Democracy*. Cambridge, Mass: MIT Press and Karlsruhe: ZKM.
- Lee, Spike (2006), *When the Levees Broke. A Requiem in Four Acts*. New York: Home Box Office.
- Lemieux, Cyril (2000), *Mauvaise presse: une sociologie compréhensive du travail journalistique et de ses critiques*. Paris: Editions Métailié.
- Lemieux, Cyril (2001), "Une critique sans raison? L'approche bourdiesienne des médias et ses limites" in Bernard Lahire (dir.), *Le travail sociologique de Pierre Bourdieu*. Paris: La Découverte, 205-229.
- Lemieux, Cyril; Schmalzbauer, John (2000), "Involvement and Detachment Among French and American Journalists: To Be or Not to Be a «Real» Professional", in Michèle Lamont e Laurent Thévenot, *Rethinking Comparative Cultural Sociology: Repertoires of Evaluation in France and the United States*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Luhmann, Niklas (1993), *Risk : A Sociological Theory*. Berlin : Walter de Gruyter.
- Luhmann, Niklas (1993), *Risk: a sociological theory*. New York: Aldine de Gruyter, 1993.
- Mesquita, Mário (2003), *O quarto equívoco. O poder dos media na sociedade contemporânea*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Mignolo, Walter D. (2005a) "On Subalterns and Other Agencies", *Postcolonial Studies*, 8:4, 381-407.
- Mignolo, Walter D. (2005b) "Cambiando las Éticas y las Políticas del Conocimiento: La Lógica de la Colonialidad y la Postcolonialidad Imperial", *TristesTópicos*, [http://www.tristestopicos.org/walter%20mignolo\\_postcolonialidad\\_tristestopicos.pdf](http://www.tristestopicos.org/walter%20mignolo_postcolonialidad_tristestopicos.pdf) (consultado a 10 de Maio de 2008).
- Negt, Oskar (2007), *L' espace public oppositionnel*. Paris: Payot.

- Neumann, Alexander (2007), “Oskar Negt et le courant chaud de la théorie critique: espace public oppositionnel, subjectivité rebelle, travail vivant”, prefácio a Oskar Negt, *L' espace public oppositionnel*. Paris: Payot, 7-23.
- Philips, Peter (2004), “Tsunami Disaster Highlights Corporate Media Hypocrisy”, *CommonDreams*, 24 Dezembro, ( <http://www.commondreams.org/views04/1230-15.htm>; consultado a 18 de Maio de 2008).
- Santos, Baaventura de Sousa (2006), “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade”, *A Gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento, cap. 7, 211-255.
- Santos, Boaventura de Sousa (1995), *Towards a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*. New York: Routledge.
- Schudson, Michael (2003a), *The Sociology of News*. New York: W. W. Norton and Company.
- Schudson, Michael (2003b), “How People Learn To Be Civic”, disponível em [http://www.compact.org/publication/Reader/Winter\\_2003.pdf](http://www.compact.org/publication/Reader/Winter_2003.pdf), consultado a 6 de Setembro de 2004.
- Sloterdijk, Peter (2006), *Le palais de cristal. À l' intérieur du capitalisme planétaire*. Paris: Maren Sell Éditeurs.
- Somers, Margaret (1995), “Narrating and Naturalizing Civil Society and Citizenship Theory: The Place of Political Culture and the Public Sphere”, *Sociological Theory*, 13:3, November, 229-274.
- Stengers, Isabelle (2006), *La vierge et le neutrino. Les scientifiques dans la tourmente*. Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond.
- Thévenot, Laurent (1999), “Faire entendre une voix. Régimes d' engagement dans les mouvements sociaux”, *Mouvements*, 3, Mars-Avril, 73-82.
- Twigg, John; Steiner, Diane (2000) “Mainstreaming Disaster Mitigation: Challenges to Organisational Learning in NGOs”, *Development in Practice*, Volume 12, 3-4, 473-479;
- van Loon, Joost (2002), *Risk and Technological Culture. Towards a Sociology of Virulence*. London: Routledge.
- Walia, Harsha (2005), “The Tsunami and the Discourse of Compassion”, *Seven Oaks*, Vol. 2, no. 1: January 4. ([http://www.sevenoaksmag.com/features/45\\_feat1.html](http://www.sevenoaksmag.com/features/45_feat1.html); consultada a 18 de Maio de 2008).

Wolton, Dominique (1994), Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão.  
Porto: Edições Asa.